

Projeto
São José III

Promovendo o
Desenvolvimento
Rural Sustentável

**PRODUÇÃO E
QUALIDADE
DE VIDA**
no semiárido

ÍNDIOS E QUILOMBOLAS
preparados para acessar
políticas públicas

PROJETO SÃO JOSÉ III
integra conjunto de ações
para o Ceará



**Projeto São José III
É um projeto viável
Por ele ser inclusivo
Se torna bem confiável
Canta a terra no cultivo
Canta o campo em movimento
Canta o desenvolvimento
Que agora é sustentável**

**A sustentabilidade
Eu comparo a uma tremepe
Numa ponta a Economia
Na outra o Meio Ambiente
O terceiro pedestal
É Inclusão Social
A população rural
Precisa seguir em frente**

Patrícia de Mendeiros



| EXPEDIENTE |

GOVERNADOR

Camilo Sobreira de Santana

VICE-GOVERNADORA

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Francisco José Teixeira

SECRETÁRIO ADJUNTO DA SDA

Wilson Vasconcelos Brandão Júnior

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SDA

Felipe Souza Pinheiro

COORDENADOR DA UGP

Lafaeete Almeida de Oliveira

SUPERVISÃO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E APOIO À GESTÃO DA UGP

Ana Karina Cavalcante Holanda

Apoio na elaboração dos textos - Equipe Técnica UGP

Tailândia da Silva de Araújo - DRT 2548 CE

Ana Cristina Nascimento de Barros

Viviany Macêdo Peixoto Silva

Maria Tacianne Lima Araujo

Elizabete Carvalho dos Santos Filha

Maria Aibonez Pinheiro Holanda

Francisco José Freire de Araújo

Edição

Net Consultoria Ltda

Valcir Araújo - DRT 9709 DF

Cristina Ávila - DRT 4719 RS

Projeto Gráfico e Diagramação

Wellington Pessoa - MadMídia

Impressão

GRAFHOUSE - Gráfica Digital e Off-Set



| APRESENTAÇÃO |

Resultados se transformam em lei

O Programa de Inclusão Econômica e Enfrentamento à Pobreza, do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável São José III, agora é lei.

O texto do Executivo foi analisado pela Procuradoria Geral do Estado e aprovado pela Assembleia Legislativa.

Essa lei representa a ampliação de ações do PSJ III, que tem por finalidade o fortalecimento da produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar, além de garantir saneamento para o meio rural, o acesso à água de qualidade para o consumo humano e fortalecer as instituições dos trabalhadores.

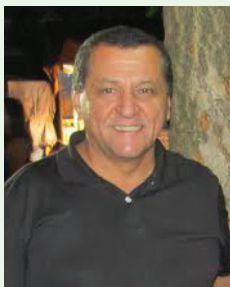
A lei autoriza a assinatura de novos convênios para a execução de 105 projetos produtivos agrícolas em apoio a empreendimentos de 1.421 famílias, em 66 municípios* – incluindo comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos da reforma agrária – para o cultivo de alimentos sem uso de agrotóxico, em respeito à saúde e ao meio ambiente.

Esses novos investimentos serão de R\$ 27 milhões e se somam a outros US\$ 150 milhões que serão aplicados em 507 empreendimentos rurais, com a contrapartida de 33% em recursos do Tesouro do Estado e empréstimos do Banco Mundial, por meio da cooperação técnica do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). O PSJ III tem como instituições parceiras a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce), a Superintendência de Obras Hidráulicas (Sohidra) e a Companhia Ceará (Cagece).

As boas notícias são resultados do esforço e da credibilidade de agricultores e agricultoras e dos profissionais envolvidos em todos os setores do PSJ III.

Mostrar essa realidade e estimular o debate sobre o desenvolvimento rural sustentável que o Ceará precisa, e que está fazendo acontecer, é o propósito desta revista, que é a segunda de uma série de três publicações que trarão informações sobre as iniciativas do Projeto São José III.


**Os municípios que serão beneficiados: Aiuaba, Alto Santo, Apuiarés, Aquiraz, Aracati, Ararendá, Arneiroz, Aurora, Barbalha, Barro, Baturité, Beberibe, Campos Sales, Canindé, Capistrano, Cariús, Cascavel, Cedro, Choró, Crateús, Crato, Deputado Irapuan Pinheiro, General Sampaio, Graça, Guaiúba, Guaraciaba do Norte, Horizonte, Ibiapina, Ibicuitinga, Icó, Iguatu, Independência, Ipaporanga, Ipu, Ipueiras, Itapiúna, Itatira, Jaguaribara, Jaguaribe, Jardim, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Limoeiro do Norte, Madalena, Maracanaú, Maranguape, Meruoca, Missão Velha, Mombaça, Monsenhor Tabosa, Morada Nova, Mulungu, Novo Oriente, Orós, Palhano, Parambu, Paramoti, Pindoretama, Poranga, Potiretama, Quixeramobim, Quixeré, Redenção, Russas, Santana do Acaraú, São Benedito, Senador Pompeu, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tamboril, Tauá, Tianguá, Ubajara, Uruoca, Várzea Alegre e Viçosa do Ceará.*



Dedé Teixeira

Secretário do Desenvolvimento Agrário

| ÍNDICE |

NINGUÉM SEGURA O CEARÁ	4
REÚSO DE ÁGUA - UMARIZEIRAS	6
FAMÍLIAS COMEMORAM	12
UM DIA PRA NÃO ESQUECER	14
	
PELA CULTURA, PELA NATUREZA	15
OS PLANOS DE NEGÓCIOS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS	16
O QUILOMBO DE BOM JARDIM	18
QUEM TEM CONHECIMENTO SABE EMPREENDER	20
ENTREVISTA	22
UM CONJUNTO DE AÇÕES PARA O CAMPO	24
O CEARÁ GANHOU UM MAPA NOVO	26

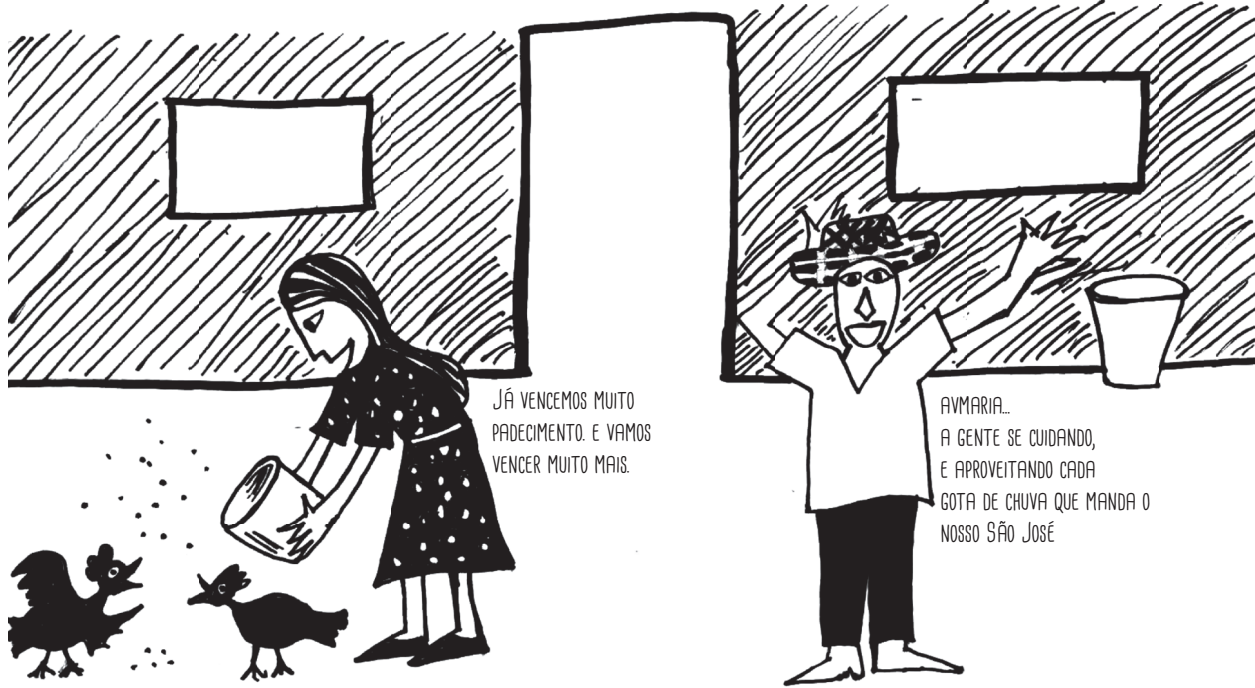
NINGUÉM SEGURA O CEARÁ



ORA, HOME,
AQUI NO BANHEIRO DE
CASA MESMO. TU NÃO REPAROU
QUE AGORA TENHO UM TEMPINHO
PRA TOMAR UM BANHO FRESCO
SEM PRECISAR ANDAR HORAS COM
LATA NA CABEÇA? ISSO FAZ BONITEZA.



Ilustração: Kibonito



MAS O MELHOR DE TUDO É QUE HOJE É A GENTE QUE MANDA NO NOSSO NEGÓCIO



| REÚSO DE ÁGUA EM UMARIZEIRAS |

Reúso de Águas e DESENVOLVIMENTO RURAL sustentável

Fotos: Valdir Araújo



Sistema de reaproveitamento de água, que beneficiará 17 comunidades do Ceará, é construído por técnicos e moradores no Assentamento Umarizeiras

Seu Manoel Belarmino de Sousa (63 anos), agricultor desde os 8 anos de idade, morador do Assentamento Umarizeiras, em Itatira, é um dos beneficiários do Projeto São José III – PSJ III, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, com a implantação em sua comunidade de Sistemas de Reúso de Águas Cinzas e de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. O Projeto de Reúso de Águas Cinzas – PRA é uma das ações estratégicas do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS – PSJ III, juntamente com os Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário nas comunidades rurais, através de contrato de empréstimo entre o Governo Estadual do Ceará e o Banco Mundial.

Estes Sistemas de Reúso realizam o tratamento das águas provenientes do chuveiro, da pia do banheiro, da cozinha e da lavagem de roupas através de filtro biológico. Assim, estas águas que antes eram desperdiçadas passam a ser utilizadas na irrigação da agricultura familiar, trazendo segurança alimentar para o povo do campo e deixando de poluir o solo e os mananciais.

Esta tecnologia implantada no estado é desenvolvida pelo Projeto Dom Helder nos Sistemas Bioágua Familiar.

“Vou trabalhar fortemente pra dar tudo certo. Vai dá gosto! Vamos tirar o consumo de verduras da família todo daqui” - diz seu Manoel, feliz, enquanto participa do curso promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) para aprendizado e implantação prática do PRA, juntamente com vizinhos e técnicos que estão construindo o Sistema em sua casa.

A casa está cheia de gente envolvida na construção. Mas a movimentação representa muito mais do que uma obra que mudará as condições de plantio do agricultor. A residência se transformou durante uma semana em uma verdadeira escola, onde a vizinhança e os próprios técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) vão aprimorando seus conhecimentos para o grande trabalho que eles terão pela frente.

No primeiro semestre de 2016, a implantação física da 1ª etapa do Projeto dos sistemas de reúso de água está sendo finalizada nas comunidades de

Cristais, em Cascavel, de Umarizeiras, em Itatira, e de Aba da Serra, em Piquet Carneiro, sendo cinco sistemas construídos em cada comunidade. Está prevista até 2017 a construção de mais 70 sistemas em outras 14 comunidades do estado, totalizando 85 sistemas implantados em 17 comunidades do Ceará. Há também um sistema piloto instalado em 2014 no polo de Iguatu, que funciona como demonstrativo para aulas e visitas técnicas.

Foram realizados diversos cursos, apresentações, oficinas, entre outros, tanto para as comunidades beneficiadas com o Projeto, quanto para os técnicos do PSJ III e de outras entidades convidadas, visando capacitá-los à construção física, ao manejo, à prestação de contas dos convênios realizados, ao monitoramento e aos demais assuntos relacionados ao projeto. Um dos aspectos importantes é o monitoramento laboratorial, realizado pelo PSJ III, da água, do solo e dos alimentos produzidos no sistema, visando garantir a qualidade e a sanidade de todos os produtos oriundos do PRA.



Fotos: Valdir Araújo

Seu Manoel é dono da casa onde está sendo construído o sistema de aproveitamento de água em Umaizeiras. Com o benefício, ele assumiu o compromisso de cuidar da natureza.

A caatinga e A SAÚDE AGRADECEM

Choveu em janeiro. Chuva pouca. Mas com o serenininho da noite, a caatinga está verdinha. O bioma, conhecido como Mata Branca, fica cinza nos períodos de escassez rígida, e é rico em espécies. “A caatinga tem marmeleiro, jurema, sabiá, mufumbo, aroeira, angico, pód’arco, cumaru, tem tatu, tem peba, tamandua”, cita Manoel Belarmino.

Cuidar da natureza passa a ser responsabilidade quando os agricultores e agricultoras recebem benefícios do Projeto São José III. São compromissos para a conservação da biodiversidade do semiárido, em

ações como reflorestamento de áreas degradadas e proteção à caatinga.

Manoel Belarmino relata que a região onde mora tem variedade. E cita o urubu-rei. Essa ave é uma das belezas que ocorrem no sertão, com uma envergadura com mais de 1,7 m, tem cabeça e pescoço nus, pintados de vermelho e alaranjado, com asas e cauda pretas. É um animal diurno e solitário.

Além dos cuidados com a natureza, os beneficiados pelo PSJ III também precisam cumprir as normas sanitárias para a produção de alimentos orgânicos,

sem uso de agrotóxicos ou adubos químicos que possam comprometer o solo e os recursos hídricos. São alimentos ricos em nutrientes, garantindo variedade e qualidade alimentar para as famílias, que ainda podem complementar a renda com a venda da produção excedente não consumida. Os alimentos produzidos, a água e o solo do Sistema de Reúso de Águas ainda passam por monitoramento, através da realização de análises laboratoriais contratadas pelo PSJ III, visando comprovar a eficiência e a segurança dos sistemas implantados.



Dedicação e esforço coletivo de moradores, técnicos da SDA e lideranças comunitárias fazem o sucesso do projeto

VIDA MELHOR no semiárido



Quatro anos de seca, organização e trabalho.

“Nós somos organizados, e por isso temos a força de trazer esses benefícios para a nossa comunidade”, enfatiza a presidente da Associação dos Assentados de Umarizeiras, Antônia Adriana Nascimento.

O assentamento é habitado por mais de 100 famílias, e a expectativa é que as frutas e verduras produzidas a partir dos cinco Sistemas de Reúso de Águas Cinzas trarão melhoria na qualidade alimentar das famílias beneficiadas com o Projeto e que o excedente da produção possa gerar renda, sendo escoado dentro da própria comunidade, trazendo benefícios para a saúde de todos. “Hoje, a gente precisa percorrer uns cinco quilômetros para ir ao mercado mais próximo, aqui na região, e pagar mais caro ainda do que em Fortaleza”.

São quatro anos de seca. “Ver um projeto de reúso de água muda a vida da gente. Saber que podemos ter condições de irrigação mesmo quando nos falta a chuva...”, afirma Antônia.

Ela é uma das responsáveis por apresentar propostas para a execução dos projetos para o assentamento. E destaca o controle de todas as etapas de sua realização, desde a fiscalização feita pelos técnicos do PSJ III, quanto à qualidade dos materiais e serviços adquiridos, até a prestação de contas, por meio do SICONV - Convênios e Contratos de Repasse da Administração Pública Federal. “Sem necessidade de ninguém pegar em dinheiro”, destaca a líder comunitária, ressaltando que os pagamentos aos fornecedores são feitos via Ordem Bancária de Transferência (OBT), diretamente, mediante autorização.

VISITANTES NAS OBRAS

Além dos vizinhos, os locais de construção do sistema de reaproveitamento de água recebem muitos profissionais que desejam conhecer a sua metodologia para aplicar conhecimentos em projetos desenvolvidos por prefeituras. Logo nos primeiros dias em que começaram as obras em Umarizeiras, vieram conversar duas pessoas importantes para a disseminação da ideia, que poderão fazer crescer ainda mais o número de comunidades beneficiadas no Ceará: foram a secretária de Agricultura e Recursos Hídricos de Itaitira, Márcia Maria Umbelino, e o agente rural da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce) em Itaitira, Magno Oliveira.

“Temos muito interesse em levar esse sistema para outras comunidades do município. Aqui no assentamento, será uma demonstração do funcionamento”, afirma Márcia Maria. Ela também visitou o Rio Grande do Norte, que já trabalha com o Sistema Bioágua Familiar há alguns anos e onde o Ceará se baseou na tecnologia para construir os Sistemas de Reúso. Também lembrou das legislações



Fotos: Valdir Araújo

Márcia, secretária de Agricultura de Itaitira, pretende multiplicar a metodologia no município

e programas federais que incentivam os municípios a comprarem alimentos da agricultura familiar.

Magno Oliveira explicou que a sua visita foi por convite da associação dos moradores do assentamento, para que conhecesse o funcionamento da meto-

dologia e para conversar com agricultores e técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Agrário. “Percebo que nos últimos tempos o governo tem se preocupado principalmente com o semiárido. Temos pouca água, mau uso e esse tipo de projeto vem dar sustentabilidade para a produção, cultivando alimentos sem agrotóxicos”.

O agente rural da Ematerce enfatizou as colaborações para a realização de projetos. “Temos parcerias muito fortes com a Secretaria de Agricultura do município e com outras instituições locais. E vemos que empreendimentos como esse são muito bons, com uso de materiais rústicos”. Ele ainda ressaltou a metodologia de construção descrita no Manual de Implantação e Manejo do Sistema Bioágua Familiar editado pelo Projeto Dom Helder Câmara, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que descreve o reúso da água cinza doméstica para a produção do semiárido brasileiro, na qual o estado do Ceará se baseia para a construção dos Sistemas de Reúso de Águas Cinzas.



Magno Oliveira, coordenador local da Ematerce, enfatiza a importância de parcerias.

Resultados MUITO ALÉM DAS METAS

Projetos que integram esforços de uma comunidade, em torno de tecnologias aprendidas por todos, são estimulantes e fazem ideias brotarem. Os princípios do desenvolvimento sustentável que estão sendo praticados no Ceará estão tendo resultados que ultrapassam em muito as metas definidas nos planos de negócios. A alegria dos agricultores e agricultoras vai mais longe do que a visão do verde das plantas no semiárido. Vai além da segurança alimentar, vai muito mais longe do que a certeza da mesa farta.

O potiguar Wlisses Dantas é um exemplo desses que dá gosto contar. Ele foi o primeiro beneficiário do Sistema Bioágua Familiar no Brasil, que começou a ser experimentado no Rio Grande do Norte, em 2009. Esse relato começa pelo fim: ou seja, de beneficiado pelo sistema, hoje ele é apoiador na implantação da tecnologia e ajuda a ensinar para os cearenses o que aprendeu na prática e, depois, na faculdade. É que na casa dele a experiência deu tão certo que ele se entusiasmou e resolveu ser universitário. “Passei a estudar ciências e tecnologia na Universidade Federal do Semiárido (Ufersa)”, conta.

Mas de onde vem tudo isso? O engenheiro agrícola Fábio Santiago relata que o sistema iniciou em 2009, a partir da pesquisa feita com a contribuição de três famílias na comunidade São Geraldo, em Olho D'água do Borges, no Rio Grande do Norte, numa parceria entre o Projeto Dom Helder Câmara, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e a Ufersa, entre outras instituições.

“O sistema foi se construindo com monitoramento de quatro a cinco anos, com pesquisas, experimentos e adaptações. Hoje, temos mais de 200 sistemas instalados no Rio Grande do Norte”, afirma Fábio Santiago, que tem mais de 20 anos de experiência no assunto e é consultor da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) do governo do

Ceará, responsável pela implantação do sistema no estado.

Com quase sete anos de funcionamento em sua casa, Wlisses conta que o sistema alimenta sete pessoas com as verduras produzidas e ainda sobra um excedente que é vendido para complementar a renda familiar. Outra coisa que para ele foi fundamental na mudança de vida é que hoje são consumidos apenas alimentos orgânicos e seus familiares aprenderam a conservar o meio ambiente. “Temos fruteiras, leguminosas e uma variedade de 29 hortaliças, em 300 m²”.

Wlisses diz que faz manutenções e planta nos finais de semana, mas depois que passou a trabalhar profissionalmente para a implantação do sistema em outros lugares longe de casa, a irrigação e os trabalhos diários são feitos praticamente só pela mãe dele, pois com a organização continuada a tarefa vai se simplificando.



Wlisses Dantas foi o primeiro usuário a experimentar o bioágua. A experiência foi tão boa que ele resolveu estudar. Se formou e hoje faz parte da equipe que ajuda a implantar o sistema no Ceará

CULTIVO SEM VENENOS

O Sistema Bioágua Familiar é eficiente para o cultivo de hortaliças (folhas, raízes e frutos), tubérculos e frutíferas diversas, como goiaba, mamão e acerola, em áreas de cultivo de 300 m² - com manejo do solo fundamentado em princípios da agroecologia, sem uso de agrotóxicos e insumos danosos à saúde humana e ao meio ambiente.

Para produzir desse modo, existem vários métodos. Como o plantio de espécies consorciadas para atrair insetos, evitando assim que eles ataquem outras plantas. Por exemplo, planta-se gergelim para o controle de pragas do algodão e também de grãos. Também faz-se rotação de culturas

para a redução efetiva de doenças, ao mesmo tempo em que o solo descansa e se fertiliza. Para a saúde das plantas recomenda-se ainda a adubação com compostos orgânicos, húmus de minhoca, além de serem inseridas nos canteiros plantas com características que enriqueçam a terra.

Outra observação fundamental é que o manejo adequado das hortas será gravemente prejudicado se houver desequilíbrio ambiental em seu entorno. Em roçados, pastagens e áreas de caatinga, faltando o que comer ou se faltarem predadores naturais, os insetos vão invadir as plantinhas verdes e suculentas da agricultura familiar.



A casa de Maria do Socorro foi a primeira do estado a ter o módulo completo das ações do PSJ III

FAMÍLIAS COMEMORAM

Sim, é possível ter vida boa e alimentos fartos e saudáveis na convivência com a seca. O segredo é saber aproveitar a pouca chuva que cai do céu e ter a estrutura necessária para fazer funcionar a propriedade ou posse rural.

“Neste dia de São José, 19 de março, comemoramos 1 mês da instalação da estrutura de reúso de água. E já temos resultados. Um único mês foi suficiente para os canteiros se encherem de mudinhas”, exclamam quase ao mesmo tempo mãe e filha, Maria do Socorro e Niedia de Oliveira.

Elas moram na comunidade de Cristais, município de Cascavel, no litoral leste do Ceará. A casa delas é um modelo completo das ações do Projeto São José III.

“É uma benção, que esperei pra chegar”, relata Maria do Socorro.

Um mês de atividade foi suficiente para mostrar o potencial do sistema de reutilização de água. A casa tem cinco pessoas e toda a água que sai do chuveiro, pia do banheiro e cozinha é direcionada para reaproveitamento, levando junto resíduos orgânicos que alimentam minhocas.

As minhocas cresceram rapidamente e se reproduziram com facilidade, recompensando a família com farta produção de húmus, que somado aos derivados da compostagem fez o milagre da terra: em 24 dias as mudas de 28 espécies vegetais já germinam em todo o Sistema de Reúso de Águas Cinzas. Parte dela foi cultivada em sementeiras, na pequena estufa que também faz parte do Sistema de Reúso e compõe uma série de tecnologias, que juntas melhoram a qualidade de vida do morador do

campo, compondo os módulos rurais do PSJ III.

Pimenta, pimentão, berinjela, tomate, alface, beterraba, cebolinha. E muito mais. O crescimento é acelerado no solo fértil, regado continuamente com o gotejo proveniente do tanque onde se acumulam as águas. Com o controle da vazão da água, que irriga por gotejamento, além da cobertura do solo feita com folhagens e outros, o chão permanece úmido por mais tempo, consumindo apenas a água que antes era desperdiçada pela família.

Maria do Socorro empurra o carrinho de mão exibindo as fartas mudas de batata que vão para os vizinhos. Ela e a filha trabalham praticamente sozinhas para manter a ordem e produção do sítio. A mãe acordava às 3h da madrugada e quando Nídia levanta o café já está na mesa – café torrado em casa. O quintal é varrido diariamente, e o freezer está sempre cheio de sumo de frutas congelado. A mesa é farta. E também é farta a alegria na casa.

A produção cresceu e crescer muito mais ainda. Antes de completar o módulo rural do PSJ III, as duas mulheres já criavam animais e cuidavam de diversos cultivos, como plantas medicinais – cidreira, arruda, babosa, colônia – e frutas como goiaba, acerola, mamão e pinha. Disposição não falta. Até vinho de caju elas produzem no auge da safra; um xarope grosso e rico, bom para a saúde das crianças da comunidade.

A dinâmica do trabalho diário na casa foi um dos quesitos que contribuíram para que Maria do Socorro e Nídia fossem selecionadas para testar o primeiro modelo completo do Projeto São José III. Elas foram beneficiadas por meio Associação

Beneficente de Cristais, que foi contemplada com convênio para implantação do Projeto de Reúso de Águas Cinzas do PSJ III. Além da dona Socorro, outras quatro famílias de Cristais, em Cascavel, irão receber o Sistema de Reúso.

O requisito para ser beneficiado com o projeto de reúso de água é já ter em casa o Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento, também implantado pelo PSJ III, que leva água encanada para os moradores das zonas rurais, captada em fontes como açudes e poços. Por se localizarem distantes umas das

“ Em menos de 1 mês, as plantas começaram a germinar no sítio que tem o primeiro módulo completo do Projeto São José III ”

outras, as casas não podem ter o mesmo tipo de tubulação que chega nas moradias das zonas urbanas.

Outra exigência para ser beneficiado com a estrutura de reaproveitamento de água é que os donos da casa já tenham experiência nesse tipo de ações; ou seja, que tenham participado de intercâmbios de capacitação desenvolvidos pelo PSJ III. E os beneficiados replicam benefícios para os vizinhos. Desde que o sítio de Maria do Socorro e Nídia recebeu aprovação, se tornou escola para que as ações sejam repetidas em outras propriedades.



Mulheres iam duas vezes ao dia buscar água nas cacimbas.

FIM DE UM MARTÍRIO

Os moradores de Cristais viviam o drama que há séculos atingia todo o semiárido cearense, que era a luta diária para conseguir água em baldes. Principalmente as mulheres precisavam carregar peso diariamente para abastecer as residências, tanto para beber como cozinhar e garantir o banho de toda a família. Mas nem sempre conseguiam, pois os carros-pipa falhavam e faltavam até mesmo carroças para o transporte até os chafarizes.

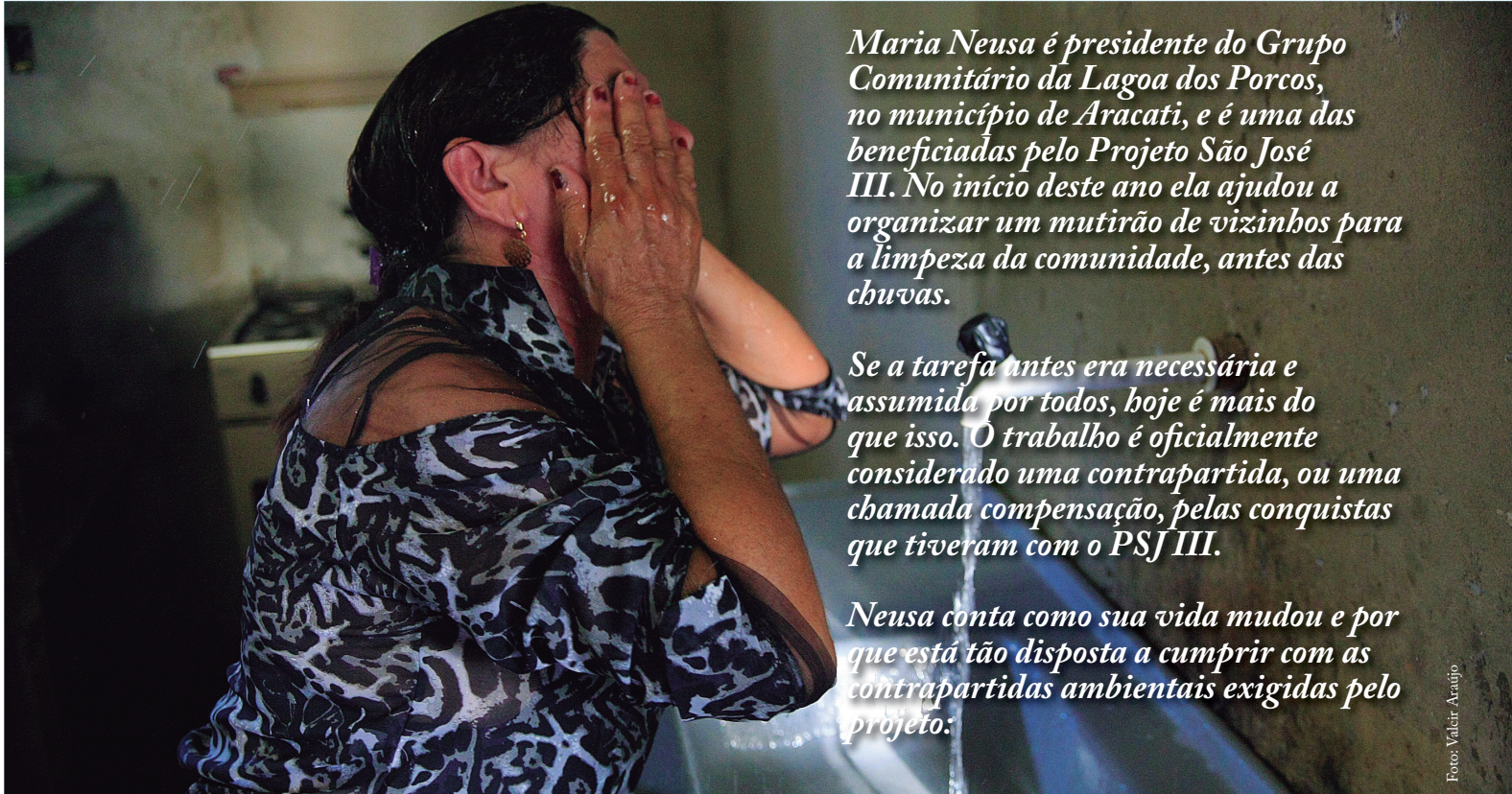
Mas essa luta desumana está cada vez mais distante, no passado. Cristais tem hoje um novo sistema de abastecimento de água, em obras executadas pelo PSJ III, com investimentos que totalizaram R\$ 2,84 milhões, em que foram incluídos 290 sistemas de esgotamento sanitário, que contam com banheiro e fossa séptica.



As minhocas cresceram rapidamente e recompensam as agricultoras com farta produção de húmus



A irrigação com a água reaproveitada é feita por sistema de gotejamento, muito eficiente para evitar o desperdício.



Maria Neusa é presidente do Grupo Comunitário da Lagoa dos Porcos, no município de Aracati, e é uma das beneficiadas pelo Projeto São José III. No início deste ano ela ajudou a organizar um mutirão de vizinhos para a limpeza da comunidade, antes das chuvas.

Se a tarefa antes era necessária e assumida por todos, hoje é mais do que isso. O trabalho é oficialmente considerado uma contrapartida, ou uma chamada compensação, pelas conquistas que tiveram com o PSJ III.

Neusa conta como sua vida mudou e por que está tão disposta a cumprir com as contrapartidas ambientais exigidas pelo projeto:

Foto: Valcir Araújo

Maria Neusa mostra como foi o momento em que a água chegou pela primeira vez nas torneiras da sua casa

UM DIA PRA NÃO ESQUECER

Faz um ano que a casa de Maria Neusa tem água encanada. Mas é como se tivesse chegado agorinha, feito cachoeira, dando vida à família. Foi o sábado mais inesquecível da história dela. Um dia que vai se repetir pra sempre: 28 de fevereiro de 2015.

Ela relembra com tanta energia e gosto que parece mesmo que a água é um milagre que São José vem trazer à sua porta todos os dias.

“Eu gritei quando vi a água chegando... fiquei pulando, pulando..., cansada de gritar. O prefeito, secretário, governador, pensavam... essa mulher é louca, tomando banho de vestido, gritando feito louca...”.

Maria Neusa diz que quem a viu pular não imaginava seus sentimentos. “Espera que vou lá botar o mesmo vestido e abrir essa torneira pra vocês verem como foi aquele dia...”. E lá vai ela, e volta pronta pra repetir a cena que nunca se apaga.

“É que eles não sabem do nosso sofrimento. Eu durmo sossegada agora. Foi uma vitória muito boa. Um sonho. Foi Deus. Água é ouro”.

A senhora conta como andava com a lata d’água – não só na cabeça, mas pelo menos mais duas vasilhas enganchadas sabe lá como pelo corpo. Andava duas vezes por dia. Ia esperar de ma-

nhã e às 4h da tarde a água da cacimba, que nem sempre tinha o suficiente para todos. Tem umas 70 casas na Lagoa dos Porcos. As mulheres iam atrás da água para beber, cozinhar; botavam menino dentro da bacia... “o mais sujinho banhava por último, pra não sujar a água”, que não era assim tão limpa, a depender do dia. “Não gosto nem de lembrar”, relata a líder comunitária.

A lembrança de tanto sofrimento sob o sol escaldante do Ceará não é boa. Mas o dia de hoje é bom. E a guerreira logo se refaz: “agora vão chegar os banheiros!”, diz, referindo-se às obras que virão, também parte do PSJ III.



Foto: Valdir Araújo

Moradores das comunidades de Aracati e Jaguaruana reflorestarão áreas de carnaúba e contribuirão com ações de educação ambiental

PELA CULTURA, PELA NATUREZA

Tudo o que se faz no Projeto São José III é discutido em grupo, juntando vizinhos, famílias, homens e mulheres, pais e filhos. Cada passo tem que ser bem entendido, antes de começarem os trabalhos. Isso porque a convivência com a falta de chuvas no semiárido exige a união de esforços para a construção das soluções necessárias. Ninguém consegue resultados sozinho. Nas conversas com a comunidade e nos mutirões, se aprende que a vida fica mais fácil e mais bonita quando todos se ajudam a vencer.

Assim, os beneficiados pelo PSJ III precisam oferecer uma contrapartida à

comunidade onde moram. Na região de Aracati, a responsabilidade por fazer acontecer esse tipo de colaboração foi assumida como responsabilidade da Associação dos Moradores Sítio Volta, do município de Jaguaruana. Essa instituição vai organizar as tarefas dos habitantes da região, entre elas ações para a recuperação de matas nativas de carnaúba, que é uma paisagem típica da região e importante para o equilíbrio ecológico local.

A Associação Sítio Volta também vai realizar ações sociais, ambientais, culturais, científicas e artísticas. Serão planta-

das mudas não apenas de árvores nativas, mas frutíferas, nas ruas e em volta das casas. Além das limpezas que começaram antes das chuvas, também já está funcionando, em colaboração com a Prefeitura de Jaguaruana, a coleta seletiva de lixo, que tem parceria com catadores.

E haverá momentos bem divertidos, como a exibição de filmes no Cine Social e oficinas para incentivo ao artesanato com caules e folhas da carnaúba. Serão promovidas também palestras de educação ambiental. A associação de moradores é hoje um ponto de cultura e mantém o Museu da Carnaúba.



A Associação Indígena Kanindé, de Aratuba, está organizada e tem infraestrutura para iniciar novos empreendimentos

Os planos de negócios das **COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Os investimentos públicos, o empenho dos técnicos de campo e principalmente a organização das comunidades em suas associações e cooperativas têm sido fundamentais para o PSJ III dar tão certo. Esse envolvimento de todos faz o projeto se modificar no caminho. E uma dessas mudanças é que agora há ações específicas para contemplar populações tradicionais.

Entre os indígenas, os primeiros beneficiados serão os Kanindé, da aldeia Sítio Fernandes, do município de Aratuba. Eles apresentaram um planejamento para a produção de 4.000 ovos caipiras por mês, para promover a geração de renda. Isso significa dobrar a quantidade produzida atualmente por 11 pessoas, de modo individual, e passar a produzir de forma coletiva. Para serem contempla-

dos, os índios comprovaram capacidade para atingir as metas propostas.

O projeto deles foi encaminhado pela Associação Indígena Kanindé de Aratuba (AIKA), que tem esse nome desde 2003, mas se originou de um conselho criado em 1993. As lideranças enfatizaram que os índios estão bem organizados e que têm infraestrutura na aldeia – com cinco prédios: a sede da associação; cen-

tro de artesanato; casa de farinha; casa de cultura e museu; além de equipamentos de escritório, computadores, maquinários para corte e polimento de madeiras, fornos e prensas já utilizados em outros empreendimentos.

Agora eles vão precisar de galpão para criação de galinhas, cisterna nova, casa para guardar ovos, balanças, embalagens e estruturas como bebedouros, comedouros, ninheiras, ração inicial para pintos e postura, vacinas, etc.

Os Kanindé têm o apoio da Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido (Adelco), que realizou com eles uma oficina em que se identificaram as suas diversas formas de organização e foram elencadas propostas para fortalecimento das cadeias locais produtivas,

que serão estimuladas pelo PSJ III. Nas análises se destacou a produção de ovos caipiras, que já é desenvolvida, tem bom retorno e possibilidade de ampliação, pois se constata alta demanda de consumo. Além disso, esse tipo de produção se adequa bem às poucas áreas planas e com pouco oferta hídrica no território indígena. Atualmente, 11 pessoas vendem 500 ovos por semana, de modo individual, na própria aldeia e na feira semanal da área urbana do município.

Todas as casas da aldeia têm energia elétrica. A água provém de uma adutora de modo irregular e, em época de escassez, as famílias indígenas apelam a cacimbas ou poços. Algumas famílias já têm cisternas.

As casas ainda não têm sistema de esgoto sanitário. O território tem três comunidades (Fernandes, Quebra Faca e Balança). O acesso é fácil, com estradas asfaltadas.

O projeto dos índios

Os Kanindé formaram um grupo produtivo de 11 indígenas para a produção de galinhas caipiras poedeiras e, indiretamente, o projeto vai beneficiar 50 pessoas. O objetivo é a geração de renda, com acesso a novos mercados, como restaurantes, supermercados, feiras e hotéis, além de oferecerem produtos para compras por programas do governo federal. O trabalho será desenvolvido com base na economia solidária, que respeita os direitos dos trabalhadores, consumidores e comunidade, o que inclui a proteção do meio ambiente. A iniciativa terá reflexos na sociedade indígena, com estímulo a novos negócios. Eles criarão um selo de comercialização para que os consumidores tenham conhecimento sobre a origem dos alimentos e sobre todos esses detalhes que vão além do comércio.

Gente que faz

Serão desenvolvidas ações para preparar o grupo em áreas como planejamento, gestão de empreendimentos coletivos e busca de estratégias de comercialização. Também serão realizados treinos para manejo das aves e das instalações de avicultura. Técnicos do governo vão acompanhar o trabalho durante pelo menos um ano.

Uma coisa puxa outra

As discussões para a apresentação desta proposta balançaram a aldeia. Novos grupos e novas ideias começaram a surgir, como: produção de geleias, polpa de frutas e uso ampliado da casa de farinha. Pensar gera riqueza.

Organização

Associação Indígena Kanindé de Aratuba reúne associados pelo menos uma vez por mês. A instituição faz parte do Projeto Etnodesenvolvimento de Comunidades Indígenas no Ceará, que é realizado pela ONG Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido (Adelco) e a Petrobras. As prestações de contas e o Imposto de Renda estão em dia e a comunidade tem instrumentos de controle, como atas de reuniões e conselho fiscal, para garantir a transparência e organização.

Foto: Ivna Girão



A proposta dos índios é aplicar investimentos para multiplicar a produção de ovos



Dona Fátima começou a fazer doces e bolos aos 11 anos, e agora é uma das lideranças que vai fazer acontecer o projeto de uma central de comercialização, para o desenvolvimento sustentável de sua comunidade

O QUILOMBO DE BOM JARDIM

Eles foram escravos e depois passaram a uma condição ainda de escravidão: já oficialmente libertos, pagavam renda para o dono da terra, para ter direito a produzir, comer e morar. Entregavam um quinto de tudo o que produziam e ainda labutavam três vezes por semana de graça nas lavouras de algodão da senhora, Dona Antonieta. Ela morreu bem recentemente, por volta de 2010, e foi uma das mulheres mais ricas do Ceará. Filha única do coronel Severino Veras, que com o suor dos negros conquistou terras que não acabavam mais, muito ouro e mui-

to dinheiro, na época do coronelismo no Nordeste. Antonieta morreu pobre. Até se acabar a fortuna, promovia grandes festas no enorme casarão de adobe, a *casa grande*, que hoje é um posto de saúde no quilombo, no município de Tamboril.

Essa história é contada por Renato Baiano, o presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombolas de Encantados de Bom Jardim. O seu povo hoje vive momentos marcantes. Conquistou o direito sobre as terras que ocupam, reconhecidas como quilombos, e resgatou documentos históricos como os registros

de escravos e de batismos identificados na abrangência das antigas fazendas dos senhorios. Agora, eles se preparam para a gestão de negócios no âmbito do Projeto São José III.

São diversas áreas quilombolas em Tamboril. As comunidades já desenvolvem vários pequenos projetos produtivos. Alguns núcleos são integrados uns aos outros, em territórios contínuos. A região é rica em culturas. O quilombo onde mora Renato Baiano faz jus ao nome. Ali perto, uma grande serra protege um olho d'água centenário, que nunca seca. Nem nos anos

mais duros de seca a água vai embora. Está sempre lá. Diziam os antigos que nesse serrote costumavam aparecer encantados que protegiam a fonte. E que também por lá haviam tesouros escondidos.

Hoje os tempos são outros. Os moradores do quilombo Encantados de Bom Jardim vão criar uma central de comercialização para venda de comidas típicas, galinha caipira, bolos, salgados e, conforme as atividades foram se consolidando, novos quitutes e famílias vão se agregar.

Também não falta experiência. Fátima do Bom Jardim é conhecida por muitas habilidades na cozinha. E com ela já são 12 mulheres só para começar as atividades de desenvolvimento sustentável para a comunidade.

“Com 11 anos saí de casa. Fui criada por uma família em Tamboril. A minha madrinha me educou. Estudei até a 5ª série, e eu fazia tudo. Uma irmã dela fazia bolo, doce de fruta, de leite. Hoje cozinho pra 300, 400 pessoas, e sei dar o

“ Os quilombolas estão prontos para gestão de negócios ”

orçamento de tudo”, relata a quilombola que nos finais de semana já vende merenda na porta de casa.

Da cozinha de Fátima saem bolos comuns de farinha de trigo e também as delícias que são típicas do Ceará, como o bolo de goma, feito do mesmo ingrediente que se produz tapioca. Ela faz ainda o delicioso Luís Felipe, esse também com interessante história. As tradições contam que é originário de Portugal e foi trazido ao Brasil pelos colonizadores, mas que a receita ficou trancafiada por

décadas somente apreciada pela gente graúda. O nome, dizem, que é de seu mais rico apreciador, um senhor de engenho de açúcar do interior cearense.

Fátima está na expectativa dos negócios do PSJ III. “Temos que conseguir mercado. Mas tem o comércio, as prefeituras, as compras feitas pelos programas do governo federal para microempresas. Só não sei confeitar. Mas com esse projeto, se Deus quiser eu aprendo”.

O quilombo Encantados de Bom Jardim já tem construídos barracão comunitário, templo da igreja católica, uma escola de ensino fundamental, da primeira a oitava série, campo de futebol, energia elétrica em quase todas as casas, com banheiros de alvenaria já construídos em todas as residências. E tem também um banheiro público com chuveiros. Há ainda outras instalações como casa de farinha, rádio comunitária, biblioteca e um telecentro de informática com Wi-Fi.



Assessora Cristina Barros conversa com Renato Baiano (de camiseta branca) e diretoria quilombola

A central de comercialização planejada para funcionar no quilombo vai revelar talentos. Os primeiros produtos serão apenas o pretexto para que apareçam muitos outros. No Bom Jardim e quilombos da vizinhança moram muitos artistas. “Eu trabalho com pinturas em tecido, e minha avó faz bonecas, crochê e bordados”, relata Mailson Antônio, de 19 anos. “Trabalhamos por encomenda, mas podemos crescer, e acho que essa será uma ótima oportunidade para divulgar o que fazemos”. A assessora social do PSJ III Cristina Barros concorda: “Eles têm capacidade e diversidade de produção”, assegura.



Já foram realizados cursos e oficinas para mais de 200 instituições da agricultura familiar com conteúdo em autogestão de negócios

QUEM TEM CONHECIMENTO, sabe empreender

A complexidade do Projeto São José III é assimilada passo a passo. São muitos detalhes teóricos e práticos que vão montando um quebra-cabeça onde cursos e oficinas vão se constituindo em um conjunto de conhecimentos, para preparar os agricultores e agricultoras, tornando-os independentes na administração de seus negócios.

Essa lógica obedece uma das bases do Governo do Ceará para o desenvolvimento, que é o estímulo ao empreendedorismo. Para isso, além dos investimentos em infraestrutura e o planejamento criterioso para execução de políticas públicas, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, por meio do PSJ III, promove cursos de capacitação em autogestão que

já prepararam mais de 200 instituições da agricultura familiar em todo o estado. No total, associados de 300 associações e cooperativas serão beneficiados.

Entre os conteúdos abordados estão exposições sobre o conjunto global das políticas públicas do governo do estado que tornam realidade o desenvolvimento rural sustentável. E são feitas oficinas com



As orientações dos programas para estímulo a projetos produtivos se baseiam em modelos econômicos que respeitam as relações sociais no trabalho

temas específicos como organização associativista, relações de mercado e cidadania, além de nesses momentos serem levantadas demandas para capacitações futuras.

A metodologia utilizada é a exposição dos conteúdos por meio de debates entre os participantes.

Durante as oficinas, fica claro para os beneficiários que os processos de organização estão relacionados ao exercício da cidadania e à transformação da vida das pessoas. Os agricultores também passam a perceber melhor como podem acessar as políticas públicas, em favor da qualidade de vida das famílias.

Ao finalizar as oficinas, o Governo do Ceará vai formular um documento de sistematização do processo de formação dos grupos com indicadores quantitativos e qualitativos sobre a importância de novos conhecimentos, a necessidade de reflexão sobre estrutura de mercado e a organização das famílias, para se prepararem para receber os novos projetos produtivos do PSJ III.

Economia popular e solidária

Em todas as orientações que são repassadas a agricultores e agricultoras do Ceará, por meio do PSJ III, a ênfase para o sucesso dos projetos produtivos é o modelo alternativo de gestão baseado no respeito às relações sociais de trabalho e na inclusão econômica. De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, o conceito pode ser definido em três dimensões:

A primeira é o jeito de realizar as atividades econômicas. Nesse sentido, autogestão significa a ausência de patrões e empregados, em que os empreendedores sejam ao mesmo tempo trabalhadores e donos do negócio. A segunda se refere ao consumo: local, saudável, produzido de modo solidário e que não traga danos ao meio ambiente. E a terceira se refere à luta pelas mudanças da sociedade, para que o desenvolvimento se dê de modo diferente, a partir de valores fundamentais como a democracia, a cooperação e os direitos humanos.

Tudo na internet

Algo muito inovador no PSJ III é o que se refere às compras e prestações de contas – o que também faz parte do treinamento dos agricultores e agricultoras – especialmente aqueles que dirigem associações e cooperativas. É que todas as operações são obrigatoriamente realizadas por meio do portal de Convênios e Contratos de Repasse da Administração Pública Federal (SICONV), ferramenta informatizada que oferece suporte para que o governo faça os pagamentos de fornecedores de matérias e serviços que são adquiridos pelas instituições de agricultores e agricultoras por meio do PSJ III. Todas as etapas de execução dos projetos são operadas e ficam à disposição na internet. Além disso, todos os procedimentos passam pela aprovação e fiscalização da Procuradoria-Geral do Estado.



Profissionais da SDA: Coordenador da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), Lafaete Oliveira, o responsável pela Supervisão de Inclusão Econômica, Raimundo Felix, e os técnicos Francisco Eugênio de Oliveira e Olímpio Queiroga Neto

Entenda o PROJETO SÃO JOSÉ III

Os mínimos detalhes são importantes para que os agricultores e agricultoras familiares tenham o resultado de seu próprio trabalho investido nas ações do Projeto São José III, e que o dinheiro público seja muito bem aplicado. É bom observar que os frutos dessa iniciativa não são apenas econômicos, mas muito mais do que isso, alcançam avanços como

a proteção do semiárido, a produção de alimentos saudáveis sem uso de agrotóxicos e a capacidade das comunidades tomarem conta de seus negócios.

Para explicar a dinâmica desse projeto, técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) respondem a uma série de perguntas, oferecendo um

resumo sobre essas ações que estão sendo executadas em todo o Ceará.

Eles oferecem ampla visão do funcionamento do projeto, desde suas diversas abrangências, como também explicam como é feita a seleção de beneficiados, como as comunidades participam das decisões e quais os mecanismos que garantem a transparência.

O que é o Projeto São José III, em sua essência como estratégia de desenvolvimento?

É um projeto de desenvolvimento rural sustentável que engloba três grandes ações estratégicas da política de desenvolvimento territorial do estado. A primeira é de inclusão econômica. A ideia é financiar agroindústrias da agricultura familiar, dar aporte a negócios que já existem, para que se tornem competitivos. A segunda é o componente da água, que envolve sistemas de abastecimento e saneamento, com a construção de banheiros. E a terceira é o fortalecimento institucional que envolve uma série de ações de capacitação, de articulação entre organizações dos beneficiados e com as diversas áreas do Governo do Estado, para a realização dos planos de negócios.

O projeto está em uma fase importante, mas como foi seu início?

O Projeto São José começou há 16 anos, para combater à pobreza. Como superamos a pobreza extrema com as políticas do governo federal, então o projeto ganhou outra conotação, que é de ser estratégia para o desenvolvimento sustentável. A inclusão produtiva é o componente que mais expressa essa mudança, apoiando a geração de renda, a permanência do agricultor no campo, com dignidade e acesso a serviços públicos.

O que objetivamente está sendo feito? Podemos ter alguns números?

Até abril de 2018 teremos beneficiado 507 empreendimentos rurais. O projeto provém de empréstimo do Banco Mundial ao Governo do estado, com 33% de contrapartida de recursos do próprio Estado. Esse acordo encerraria agora em 2016, mas foi prorrogado por mais 18 meses, para que consigamos atingir esse número de beneficiários.

Como se dá a seleção das comunidades beneficiadas?

Até 2014, nós lançávamos os editais de manifestação de interesse e as entidades apresentavam os projetos para serem avaliados. Aqueles que fossem selecionados passavam a receber os recursos para financiamento. A partir de 2015, os movimentos sociais passaram a apresentar suas demandas produtivas, identificadas por eles próprios e já com início de funcionamento na prática. Mudou completamente a forma de seleção. Aqueles empreendimentos que já começavam a ser realizados passaram, então, a ser reconhecidos e apoiados pelo Estado. Essa mudança aumentou as chances de os projetos financiados darem certo.

Como vocês observam o sentimento das famílias em relação ao projeto São José III?

Temos um acompanhamento sistemático do projeto, e a primeira impressão que se tem é de que a esperança dos agricultores é renovada. A expectativa é de que os negócios familiares possam se tornar instrumento de inclusão econômica. Também observamos que os empreendimentos significam o reconhecimento do potencial das mulheres, da valorização e do respeito que elas passam a ter, porque passam a ser vistas como alguém que é remunerada pelo que produz. E isso não acontece apenas com as mulheres, mas com grupos que se encontram em situações vulneráveis do ponto de vista da organização de negócios. Essas iniciativas representam uma oportunidade para comunidades que historicamente foram discriminadas e esquecidas pelo poder público.

E o que vocês percebem que melhora no sentido prático da vida das famílias?

Melhora, por exemplo, o acesso aos bens de consumo e serviços. Mas não é apenas uma questão de geração de renda. Esse é um programa de inclusão, de desenvolvimento social. Existem diversas outras ações não só voltadas para a produção e a comercialização. Tem toda uma lógica de desenvolvimento sustentável, que envolve o respeito ao meio ambiente e valorização da cultura local. Tudo isso é trabalhado nos planos de negócios.

Que tipo de responsabilidades são assumidas pelas comunidades beneficiadas?

Ao receber apoio, as famílias assumem responsabilidades sociais e ambientais, inclusive com contrapartidas definidas. Em especial, passam a estar comprometidas com a proteção do semiárido, em ações como o reflorestamento de áreas degradadas. Também se comprometem a cumprir normas sanitárias em suas unidades industriais, para a produção de alimentos saudáveis.

Há exigências de normas legais de licenciamento?

Para que os empreendimentos sejam aprovados é preciso cumprir condicionantes que envolvem licenciamento ambiental no caso das construções. E para comercialização é exigido o cumprimento de normas sanitárias, que garantam a qualidade dos alimentos. Em nenhuma hipótese os agricultores podem usar agrotóxicos, por exemplo. E também não podem ser usados adubos químicos que prejudiquem o solo e os recursos hídricos. Para atender todos esses requisitos, as comunidades têm assessoria técnica desde

a discussão de planejamento até a sua execução nos primeiros anos, com capacitação dos agricultores para o desenvolvimento de todas as fases.

O que mais faz do Projeto São José III uma estratégia eficiente para o presente e futuro das comunidades rurais?

As famílias agricultoras são preparadas para acessar outras políticas públicas. Há possibilidades por exemplo delas se integrarem ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para vender seus produtos ao governo federal, ou ainda há chances de comercializarem com as prefeituras por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os mercados são identificados na fase de plano de negócios.

E como se controlam os valores que circulam nas cooperativas e associações?

Todos os planos de negócios estão inscritos na Controladoria Geral do Estado (CGE), que é responsável inclusive pelo monitoramento da execução dos convênios. E todas as aquisições são feitas por meio do SICONV – Convênios e Contratos de Repasse da Administração Pública Federal, que é o sistema do governo estadual. Essas instituições externas tornam transparentes todas as operações financeiras, como por exemplo a compra de maquinários.

E o que mudou na gestão dos convênios?

Os presidentes ou quaisquer pessoas das cooperativas e associações em nenhum momento pegam em dinheiro. Cada entidade tem uma conta de convênio e os recursos na hora da compra passam diretamente para a conta do fornecedor, seguindo toda a legislação de aquisição do governo.

O fato dos convênios serem gerenciados no SICONV é um reforço na transparência e na maior credibilidade do PSJ-III?

Com certeza. O fato dessas operações estarem no SICONV garante transparência. Qualquer pessoa pode acompanhar as contas pela internet. Estão abertas ao público as informações onde estão os recursos e onde foram aplicados. As compras estão previstas no plano de negócios, e as aquisições são feitas com cotação de preços e registro em ata de todos os procedimentos. Esses procedimentos trazem vantagens para todos. Os cooperados adquirem mais confiança nas operações, os cidadãos podem checar toda a aplicação dos recursos públicos e também se evitam problemas para os dirigentes das entidades dos movimentos sociais, pois deixam mais claras as prestações de contas.



Cearenses saúdam iniciativas que somam quase R\$ 180 milhões para as áreas rurais no estado, em evento em Quixadá

UM CONJUNTO DE AÇÕES para o campo

A carroça não anda sem as rodas. E nem sem a cabeça pensante do vaqueiro. Para dar certo, nenhum plano de governo pode ser executado isolado do resto. As políticas públicas têm que estar costuradas junto – uma completando a outra. E a organização do povo comple-

tando a força do poder público. Não tem governo que funcione sem a parceria da população. E as comunidades precisam dos investimentos feitos pelos governos.

Esse é um dos pontos principais do desenvolvimento sustentável do Ceará.

Hoje, o Projeto São José III não está

isolado de outras políticas públicas. Faz parte de um conjunto planejado para se integrar e dar certo.

Entre os momentos que demonstram bem essa engrenagem de ações do Governo do Estado estão os eventos realizados no Dia de São José, 19 de março,



Serão 98 municípios cearenses atendidos com os projetos produtivos, módulos sanitários, assistência técnica e sistemas de abastecimento.

nos municípios de Quixadá e Mauriti, no Sertão Central.

A Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), do Governo do Estado, comemorou a data com a entrega de 172 cartas de crédito para a implantação de sistemas de abastecimento d'água em 65 municípios, beneficiando 15.816 famílias. No total, 98 municípios cearenses serão atendidos com os projetos produtivos, módulos sanitários, assistência técnica e sistemas de abastecimento.

Além dos sistemas, os municípios recebem Assinatura de Ordem de Serviço para a construção de 28 cisternas de abastecimento, com 2.262 módulos

sanitários. Serão executados 89 projetos produtivos prontos para a realização de convênios de execução. O valor total dos investimentos é de R\$ 179.550.527,07.

Cinco dos 172 sistemas de abastecimento serão entregues por meio do programa Água para Todos, com recursos do estado e do Ministério da Integração, e outros 167 sistemas e módulos sanitários pelo Projeto São José III, com recursos do Banco Mundial.

“O abastecimento de água é uma das prioridades deste governo”, enfatiza o secretário de Desenvolvimento Agrário, Dedé Teixeira, lembrando as palavras do governador Camilo Santana durante o

evento, quando falou das preocupações com a escassez de chuvas e a situação crítica dos açudes de abastecimento.

Dedé Teixeira ainda enfatizou que o Projeto São José III faz parte de um conjunto de ações para o desenvolvimento sustentável do campo. Ele citou as entregas feitas no Dia de São José, como os 340 títulos de propriedade de terra entregues a agricultores e agricultoras pelo Programa Estadual de Regularização Fundiária. “Esse programa já beneficiou 200 mil famílias”, ressaltou o secretário. No evento foram entregues ainda equipamentos e veículos.



Governo entregou 340 títulos de propriedade de terra a agricultores e agricultoras, e já beneficiou 200 mil famílias



Foram distribuídas 172 cartas de crédito para implantação de sistemas de abastecimento d'água em 65 municípios



Vista da famosa pedra que se assemelha a uma galinha, em Quixadá. O município é parte da unidade de planejamento denominada Sertão Central, onde entre as vocações econômicas se evidencia o turismo, com atrativos históricos, religiosos, natureza exótica e infraestrutura hoteleira

Este ano, aconteceu algo muito bom e diferente no planejamento da aplicação do dinheiro público. Quando o Governo mandou para a Assembleia Legislativa a sua proposta sobre as áreas que vão receber os recursos do Tesouro do Estado nos próximos quatro anos – estava lá, na mensagem assinada pelo governador Camilo Santana, esclarecimentos sobre o novo modo de pensar o desenvolvimento do Ceará.

A mensagem de Camilo Santana é o projeto de lei que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) do período 2016/2019 – encaminhada para que os deputados analisassem e aprovassem o planejamento do Executivo para os gastos públicos – com a descrição clara das bases em que fora feito:

Fundamentalmente, o texto descreve as características do Ceará – em abordagens amplas como economia e geografia – e ressalta que o PPA foi feito por meio de diálogo com a sociedade (instituições

públicas, privadas, organizações não governamentais e cidadãos), ressaltando que 86,8% do território do estado está no semiárido e que o Governo decidiu por esses motivos redesenhar o mapa do Ceará, organizando-o em 14 unidades de planejamento para, assim, oferecer tratamento especial para cada uma delas, com uma visão muito melhor sobre as necessidades da população.

O que significa isso na prática?

As mudanças serão sentidas pela sociedade. Por exemplo, a macrorregião de Sobral / Ibiapaba transformou-se em duas unidades de planejamento, que são Sertão de Sobral e Serra da Ibiapaba, porque elas têm perfis bastante diferentes. A primeira tem vocação especialmente para serviços e a segunda tem forte potencial para turismo. Com essa visão, o governo terá condições de planejamentos bem diferenciados para cada uma delas,

para que seja alcançado o objetivo principal que é fazer com que cada região trabalhe no que melhor sabe trabalhar. Na prática, isso vai significar desenvolvimento, com mais renda e qualidade de vida para o povo cearense, em melhorias de saúde, educação transporte e – claro – muita diferença para agricultores e agricultoras que vivem no campo.

PARA SABER MAIS

Para ter acesso aos textos completos do Planejamento Plurianual, acesse a página da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Ceará: www.seplag.ce.gov.br/. Na aba à esquerda do site estão todas as informações



Projeto
São José

Promovendo o
Desenvolvimento
Rural Sustentável





O santo abençoado, que traz chuva

*Meu divino São José
pela cruz que traz na mão
nem de fome, nem de sede,
não matais teus filhos, não*

*Quem tiver sua penitência
faça só com São José
que é santo milagroso
pela vossa santa fé*

– Olha aqui o santo. Eu roubei da casa da dona Maria do Carmo, vizinha da Lagoa do Ferreira –, revela em sussurro Maria Neusa, como se alguém de longe a pudesse ouvir. É tradição dos sertanejos. Dia 19 de março, São José voltou pra casa dele, todo enfeitado de flores, em um andor, carregado por quatro homens, na procissão em que pediram chuva.

Quando chove nesse dia, o inverno é sempre bom.